

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.” (grifo nosso)

Lei de Responsabilidade Fiscal
Lei Complementar, nº 101, 04/maio/2000

■ ■ SUMÁRIO

1. RECEITAS	4
Receita total	5
Receita tributária	9
Transferências correntes	10
Transferências da União	10
Transferências do Estado	12
Saldo Fundef.	13
Perdas de receitas da educação, saúde e royalties de petróleo por falta de repasse do governo do Estado.	14
Receitas de capital	15
2. DESPESAS	16
Despesa total	16
Pessoal	19
Serviços de terceiros	21
Material de consumo	23
Dívida	25
Investimentos	26
Educação e saúde	28
Resultado orçamentário	30
Limites constitucionais e legais	31

The image is a composite of two aerial photographs. The top half shows a city skyline with a prominent bridge spanning a valley. The bottom half shows a coastal city with a sandy beach and turquoise water. The text is overlaid on the top half.

FINANÇAS DE VILA VELHA

PRESTAÇÃO
DE CONTAS
2004

REALIZAÇÃO
Prefeitura Municipal de Vila Velha
Secretaria Municipal de Finanças

ELABORAÇÃO
Aequus Consultoria

FOTO DE CAPA:
Praia da Costa - por Renato Vicentini
Ponta da Fruta

■ ■ APRESENTAÇÃO

Esta Prestação de Contas que mais uma vez divulgamos para toda a população de Vila Velha, em meio impresso e na internet, trás conclusões muito animadoras.

Podemos ver que o nível de receita e de gastos de Vila Velha, já nos últimos dois anos do mandato anterior, é bastante superior àquele existente em 2000 ou em 2001. Isso significa que a administração municipal passou a ter uma maior capacidade para prestar serviços à população, o que fica evidente quando olhamos as informações sobre saúde, educação e investimentos publicadas nesta edição.

Na educação vivemos uma verdadeira revolução desde 2001. O número de matrículas no ensino fundamental cresceu 49% e foram construídas ou reformadas 31 unidades municipais de ensino infantil e fundamental. O crescimento no número de matrículas, por sua vez, fez com que o município recebesse valores significativamente maiores do Fundef, que são recursos destinados ao ensino fundamental.

Na área da saúde as mudanças também foram radicais. O número de procedimentos básicos mais que dobrou, no período 2001-2004. Foram construídas três novas unidades de saúde, outras três foram ampliadas, a secretaria foi reformada, além da reconstrução do Hospital de Cobalândia. Foram implantados programas como o da Saúde da Família (PSF) e o de Agentes Comunitários (PAC). Esse trabalho refletiu-se diretamente na queda do coeficiente de mortalidade infantil do município, que caiu de 20,4 para 12,7 por mil nascidos vivos, entre 2001 e 2003. Outro bene-

fício foi o aumento nos repasse, da União para o Sistema Único de Saúde, de 47%.

Não por acaso, os investimentos foram o item da despesa que mais cresceu no período: 75%. Outro fato que demonstra a melhora em nossa capacidade financeira é que dos R\$ 132,5 milhões investidos no período de 2001 a 2004, 91% foram realizados com recursos próprios da prefeitura, ou seja, sem contar com as transferências de capital oriundas dos governos federal ou estadual.

É importante lembrarmos das enchentes que atingiram a cidade em janeiro de 2004. O enfrentamento dessa calamidade consumiu cerca de R\$ 20 milhões de receita própria em diversas obras de urgência. A expansão imprevista do gasto pressionou o orçamento público e foi a grande responsável pelo déficit orçamentário, que chegou a 4% da receita total.

Com relação aos limites legais de gasto, aos quais toda administração deve submeter-se, Vila Velha tem se mantido sempre dentro deles, realizando as despesas de pessoal e os gastos com dívida sempre abaixo do máximo permitido, e destinando à educação e à saúde quantias sempre acima do mínimo estipulado.

Em 2005 continuamos nosso trabalho com o objetivo de retomarmos o equilíbrio orçamentário, de darmos prosseguimento às conquistas já alcançadas e de ampliar ainda mais a presença da prefeitura em todas as áreas da cidade.

Secretaria Municipal de Finanças

1. RECEITAS

Itens da receita	2000	2001	2002	2003	2004	Variação % 2004/2003	Partic. % rec. total 2004
	Em mil reais médios de 2004 - IPCA						
Receitas correntes	143.107,0	149.212,1	162.915,9	172.729,8	192.161,7	11,2%	96,8%
Receita tributária	45.727,8	43.854,1	57.837,6	57.806,6	60.014,4	3,8%	30,2%
IPTU	4.120,0	4.139,1	6.967,3	7.307,6	7.051,9	-3,5%	3,6%
IRRF	-	-	1.285,9	2.255,2	2.250,4	-0,2%	1,1%
ITBI	5.442,1	5.351,9	6.012,8	5.437,7	5.722,8	5,2%	2,9%
ISS	23.279,2	22.900,3	29.170,6	29.205,1	27.888,6	-4,5%	14,0%
Taxas	12.886,5	11.462,8	14.401,0	13.601,1	17.100,8	25,7%	8,6%
Transferências correntes	84.114,0	94.577,5	95.749,7	99.605,8	119.502,0	20,0%	60,2%
União	24.695,7	29.907,1	32.179,3	29.536,0	36.782,6	24,5%	18,5%
FPM	18.591,1	19.563,4	22.070,1	19.952,0	20.671,8	3,6%	10,4%
SUS	3,0	5.919,0	6.902,4	6.207,9	8.703,4	40,2%	4,4%
LC 87/96 (Lei Kandir)	3.446,8	3.099,1	3.172,3	3.135,0	2.243,9	-28,4%	1,1%
ITR	29,9	20,2	34,4	23,8	23,8	0,1%	0,0%
Outras transf. da União	2.624,9	1.305,4	0,0	217,3	5.139,7	2.264,7%	2,6%
Estado	52.393,9	56.427,1	53.316,6	58.696,4	68.281,8	16,3%	34,4%
QPM-ICMS	42.141,8	48.639,2	45.430,5	50.782,6	57.858,6	13,9%	29,1%
IPVA	8.595,6	5.789,9	6.312,7	6.670,5	8.566,2	28,4%	4,3%
IPI-exportação	1.656,6	1.998,0	1.573,5	1.204,1	1.495,0	24,2%	0,8%
Outras transf. do Estado	0,0	0,0	0,0	39,1	362,0	825,9%	0,2%
Saldo Fundef	4.047,4	5.016,8	5.126,4	9.611,2	14.095,0	46,7%	7,1%
Outras transferências correntes	2.977,0	3.226,5	5.127,4	1.762,2	342,7	-80,6%	0,2%
Outras receitas correntes	13.265,3	10.780,5	9.328,6	15.317,4	12.645,3	-17,4%	6,4%
Dívida ativa	4.533,9	2.488,6	3.083,7	6.861,9	1.686,3	-75,4%	0,8%
Demais receitas correntes	8.731,3	8.291,9	6.244,9	8.455,5	10.959,0	29,6%	5,5%
Receitas de capital	5.021,8	0,0	182,5	5.245,7	6.343,5	20,9%	3,2%
Transferências de capital	5.021,8	0,0	182,5	3.199,0	2.734,4	-14,5%	1,4%
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,0	2.046,7	3.609,1	76,3%	1,8%
RECEITA TOTAL	148.128,9	149.212,1	163.098,4	177.975,5	198.505,2	11,5%	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados de balanços da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Receita total

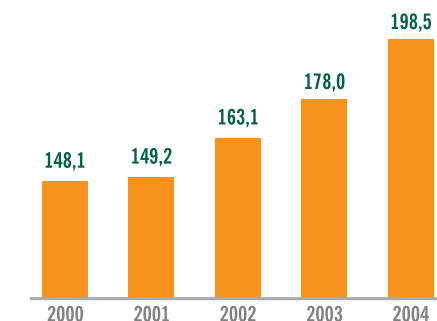
O Município de Vila Velha tem apresentado um bom desempenho em suas receitas nos últimos anos. Considerando que os valores dos anos anteriores foram corrigidos pelo IPCA médio de 2004¹, elas saltaram de R\$ 148,1 milhões, em 2000, para R\$ 198,5 milhões, em 2004. Comparada aos valores de 2003, a arrecadação de 2004 cresceu em R\$ 20,5 milhões.

O crescimento das receitas tributárias próprias municipais, ou seja, aquelas arrecadadas diretamente pela administração municipal, contribuiu de forma expressiva para o resultado positivo do conjunto da receita. Em 2000, a receita tributária, composta pelas receitas de IPTU, ISS, ITBI, IRRF e taxas municipais, totalizou R\$ 45,7 milhões. Esse montante atingiu R\$ 60 milhões em 2004.

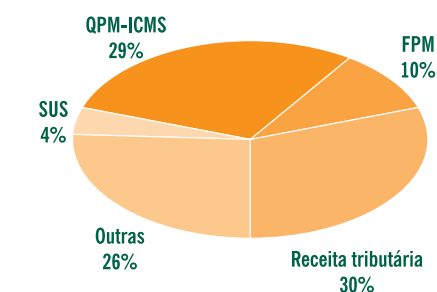
Também contribuíram para a expansão das receitas municipais o aumento no valor das transferências constitucionais da União e do Estado, especialmente a Quota-Parte Municipal no ICMS, a transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as vinculações ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a parcela do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O saldo Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) também aumentou consideravelmente.

A receita total per capita de Vila Velha (receita total dividida pelo número de habitantes) também cresceu, entre 2003 e 2004, passando de R\$ 480,1 para R\$ 512,7. Em 2001, esse valor foi de R\$ 419,4. Apesar do aumento, Vila Velha encontra-se na 76ª. posição do ranking estadual da receita per capita municí-

Receita total
Em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA

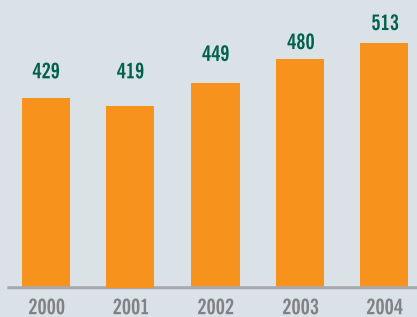


Composição da receita total - 2004



¹ Neste documento, todos os valores referentes aos anos anteriores a 2004 foram corrigidos pelo IPCA a preços médios de 2004.

Receita total por habitante
Em reais



pal, ficando à frente apenas de Marataízes e Cariacica. A receita per capita de Vila Velha é ainda bastante inferior tanto à média estadual, de R\$ 799,5, quanto à média dos municípios da Região Metropolitana, de R\$ 765,8.

Receita total per capita
Municípios da Região Metropolitana - 2004

Municípios	Receita total por habitante em reais
Vitória	1.741,6
Serra	685,9
Viana	654,6
Guarapari	596,5
Vila Velha	512,7
Cariacica	335,4
Região Metropolitana	765,8
Estado do Espírito Santo	799,5

Fonte: anuário Finanças dos Municípios Capixabas, ano 11 - 2005.

Umei Santa Rita



O baixo valor da receita per capita de Vila Velha diante dos demais municípios do Espírito Santo é explicado pelo atual sistema de distribuição de recursos da União e dos estados aos municípios.

Os critérios utilizados para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é realizada pela União, favorecem os municípios de menor porte populacional. Enquanto, em 2004, Vila Velha recebeu R\$ 53 por habitante de FPM, o Município de Mucurici, por exemplo, com 6.153 habitantes, recebeu R\$ 420, e Alto Rio Novo, com 6.695 habitantes, recebeu R\$ 352.

Os critérios para repartição dos 25% da arrecadação estadual do ICMS entre os municípios capixabas, por sua vez, favorecem aqueles em que se localizam os grandes projetos industriais. Vila Velha recebeu, em 2004, R\$ 149 por habitante de ICMS, ao passo que Anchieta, onde se localiza a sede da Samarco Mineração, recebeu R\$ 901. O Município de Aracruz, sede da Aracruz Celulose, auferiu R\$ 907 por habitante, e Vitória, onde estão localizadas as empresas fundapianas, ligadas à importação de mercadorias, recebeu R\$ 709. Em média, os municípios do Espírito Santo receberam R\$ 279 por habitante de ICMS, em 2004.

Juntamente com a receita tributária, o FPM e a Quota-Parte do ICMS são as principais fontes de recursos para uma grande parcela dos municípios. Em relação à receita tributária per capita, Vila Velha tem uma boa posição no Estado. Nossa arrecadação tributária, de R\$ 155 por habitante, nos coloca na oitava posição do ranking dos municípios capixabas.



UMEF Alger Ribeiro Bossois
Cidade da Barra

Nossa arrecadação tributária, de R\$ 155 por habitante, nos coloca na oitava posição do ranking dos municípios capixabas.



Receita tributária

A receita tributária é a soma de tudo o que é arrecadado diretamente pela administração municipal, ou seja, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI), o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e as taxas municipais.

Em 2004, os tributos municipais foram responsáveis por 30% de toda a receita de Vila Velha. Ela apresentou um crescimento de 3,8%, passando de R\$ 57,8 milhões, em 2003, para R\$ 60 milhões, em 2004. O desempenho de 2004 teria sido melhor caso as chuvas excepcionais não houvesse se abatido sobre Vila Velha, causando as enchentes em janeiro daquele ano. Além dos elevados custos para os cofres municipais, as enchentes prejudicaram financeiramente uma parcela de contribuintes, que deixou de pagar seus tributos para empregar seus recursos nas perdas pessoais resultantes da calamidade, o que repercutiu no nível da arrecadação municipal.

No entanto, observando-se um período mais longo, é possível verificar que Vila Velha vem apresentando um ótimo desempenho na arrecadação de seus tributos. No período do último mandato, iniciado em 2001 e encerrado em 2004, o município aumentou em 36,8% sua receita tributária, com um acréscimo de R\$ 16,2 milhões.

O aumento na receita tributária em 2004 deveu-se basicamente ao acréscimo de 25,7% na arrecadação das taxas municipais, que passou de R\$ 13,6 milhões para R\$ 17,1 milhões. A principal taxa municipal era a de iluminação pública, que foi extinta e, a partir de 2003, foi criada em seu lugar a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip)². Somada ao valor das taxas, a Cosip respondeu por 52,6% do total delas, em 2004. Dentre as demais taxas, destacam-se a de coleta de lixo, a de limpeza pública, a de instalação e funcionamento e a de licença para execução de obras, representando, juntas, 41,8% do total.

² A Emenda Constitucional n.º. 39 de 19/12/2002 criou a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip), que passou a ser contabilizada como receita de contribuições. Nesta publicação, os valores da Cosip, dos anos de 2003 e 2004, foram incorporados nos valores das taxas, para que a evolução destas pudesse ser avaliada sem distorções, ao longo dos últimos anos.

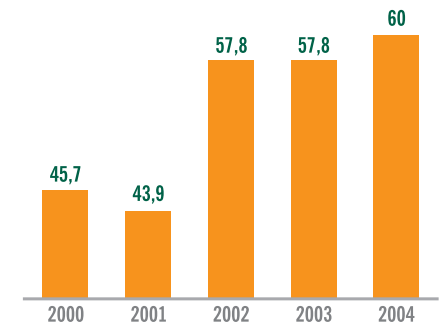
Além das taxas, o ITBI também apresentou crescimento na arrecadação. Mas o aumento de 5,2% foi insuficiente para que a arrecadação de 2004 superasse a de 2002, a mais alta do período. O IRRF, que até 2001 era classificado como transferência da União, teve sua arrecadação praticamente duplicada em 2003, mantendo-se estável em 2004.

O recolhimento do ISS, a segunda principal fonte de recursos de Vila Velha, foi de R\$ 27,9 milhões, em 2004, respondendo por 14% de toda a receita municipal. Essa arrecadação foi 4,5% menor que a de 2003, ano em que o ISS obteve o melhor resultado.

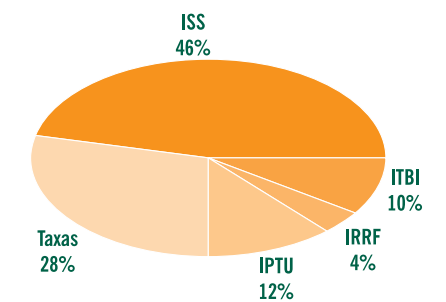
A mesma situação foi verificada no recolhimento do IPTU, que sofreu uma pequena redução de 3,5% em relação a 2003, ano em que também obteve o seu melhor resultado. Essa pequena queda na arrecadação do IPTU sofreu influência direta do efeito das enchentes sobre a decisão dos contribuintes de adiar o pagamento do imposto.

No entanto, observando novamente o período de 2001 a 2004, é possível verificar o enorme avanço na arrecadação do IPTU, que saltou de R\$ 4,1 milhões para R\$ 7,1 milhões, crescendo 70%.

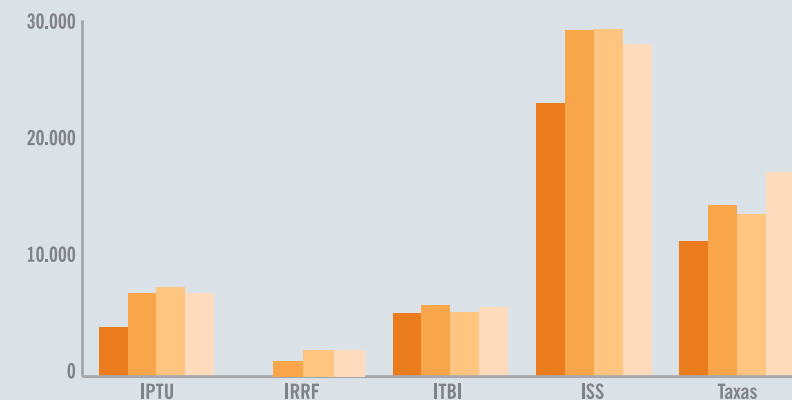
Receita tributária
Em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA



Composição da receita tributária - 2004



Receita tributária
Em R\$ mil - corrigidos pelo IPCA



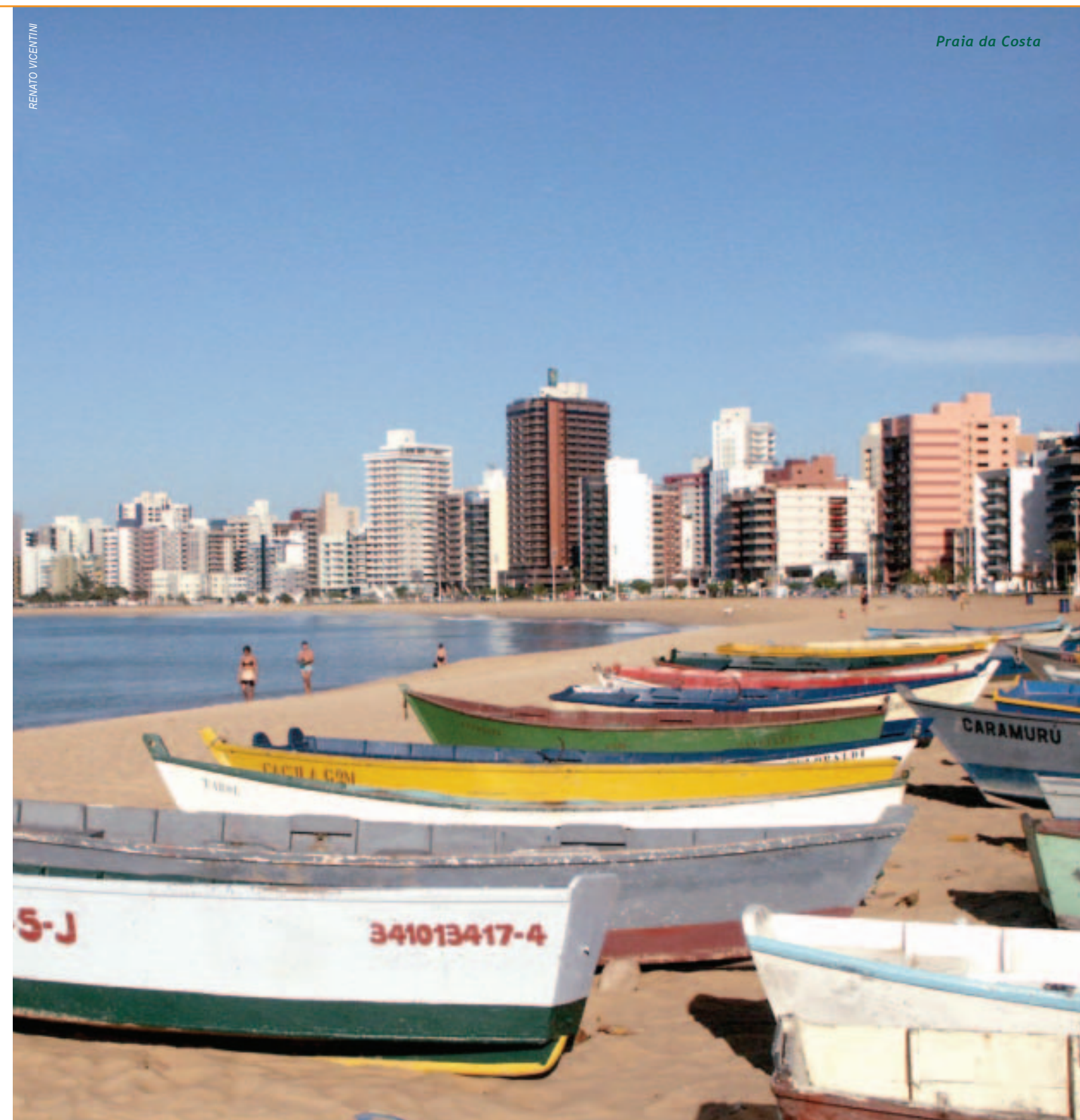
Transferências correntes

O desempenho das transferências correntes foi decisivo para o crescimento da receita total de Vila Velha em 2004. Tanto as transferências provenientes da União quanto as provenientes do Estado registraram elevados acréscimos. O total das transferências correntes foi de R\$ 119,5 milhões, em 2004, valor 20% maior que o registrado no ano anterior e equivalente a 60% de toda a arrecadação de Vila Velha.

Transferências da União

Os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) foram a transferência oriunda da União que mais cresceu. Em 2004, esta transferência experimentou um aumento de 40%, em relação ao ano de 2003, totalizando R\$ 8,7 milhões. Isso ocorreu em função da implantação do Programa de Saúde da Família (PSF), da expansão do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), da implantação de duas unidades de saúde da família em Ulisses Guimarães e Ponta da Fruta, bem como da expansão de outras modalidades de serviços tais como prevenção e tratamento da tuberculose, hanseníase e DST/Aids. Ressalta-se ainda o reajuste nacional no teto financeiro do Programa de Atenção Básica (PAB), de R\$ 10 para R\$ 12,5 per capita, ocorrido em meados de 2004.

No entanto, a principal transferência constitucional que Vila Velha recebe da União é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele é formado por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e é distribuído aos municípios brasileiros de acordo com coeficientes baseados no número de habitantes.





O FPM de Vila Velha respondeu por 10,4% da receita total, sendo, portanto, sua terceira maior fonte de recursos, atrás apenas da Quota-Parte Municipal do ICMS e da arrecadação de ISS. Em 2004, o município recebeu R\$ 20,7 milhões de FPM, valor 3,6% maior que no ano anterior. Porém, sua participação na receita total do município está caindo, uma vez que já foi de 13%, no biênio 2001/2002.

A União também repassa para os municípios a compensação pela desoneração das exportações, estabelecida pela lei complementar nº. 87/96, conhecida como Lei Kandir. Essa transferência visa ressarcir os estados e municípios da perda da arrecadação de ICMS proveniente da isenção dada à exportação de produtos. Entre 2001 e 2003, Vila Velha recebeu valores superiores a R\$ 3 milhões, mas, em 2004, esse repasse foi de R\$ 2,2 milhões, 28,4% abaixo do registrado no ano anterior.

Transferências do Estado

De acordo com a Constituição Federal, os estados são obrigados a repassar 25% da arrecadação de ICMS aos respectivos municípios. Assim como para a maioria dos municípios capixabas, essa é a principal fonte de recursos para Vila Velha, sendo responsável por 29% de sua receita total, em 2004.

A QPM-ICMS transferida a Vila Velha aumentou em R\$ 7,1 milhões, passando de R\$ 50,8 milhões, em 2003, para R\$ 57,9 milhões, em 2004, o que representou um acréscimo de 13,9% em relação ao ano anterior. Outras transferências do Estado, tais como a parcela do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e a Quota-Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados relativa

às exportações (IPI-exportação), cresceram em 2004. O IPVA subiu de R\$ 6,7 milhões, em 2003, para R\$ 8,6 milhões, em 2004, o que representa um crescimento de 28,4%. O IPI-exportação, por sua vez, apresentou um aumento de 24,2%, passando de R\$ 1,2 milhão, em 2003, para R\$ 1,5 milhão, em 2004. No entanto, seu montante é relativamente baixo, representando apenas 0,8% da receita total, nesse ano.

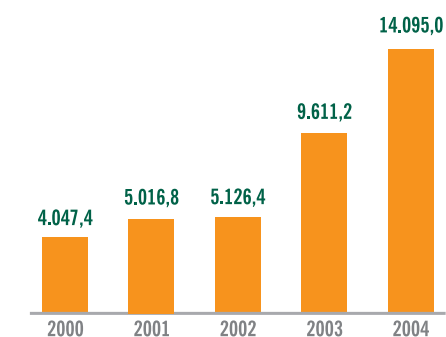
Saldo Fundef

Em 2004, o saldo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) de Vila Velha permaneceu em sua trajetória ascendente. Nesse ano, o município remeteu R\$ 12,3 milhões ao Fundo e recebeu R\$ 26,4 milhões, o que gerou um saldo positivo de R\$ 14,1 milhões. Esse saldo foi 46,7% maior que o verificado no ano anterior e quase três vezes maior que o registrado em 2001. Esses resultados refletem, em grande parte, o crescimento do número de matrículas na rede municipal de ensino fundamental. Em 2000, as escolas municipais abrigavam 16 mil alunos, número que saltou para 23.827, em 2004.

O Fundef é constituído por 15% das receitas municipais provenientes do FPM, da QPM-ICMS, da compensação pela desoneração das exportações e do IPI-exportação. Os governos estaduais contribuem na mesma proporção. Esse fundo é redistribuído entre os municípios e o Estado, de acordo com o número de alunos matriculados em suas respectivas redes de ensino fundamental.

O Saldo Fundef de 2004 é quase três vezes maior que o registrado em 2001, devido, em grande parte, ao crescimento do número de matrículas no ensino fundamental de Vila Velha.

Evolução do Saldo Fundef
Em R\$ mil - corrigidos pelo IPCA



Perdas de receitas da educação, saúde e royalties de petróleo por falta de repasse do governo do Estado

No Espírito Santo, o governo estadual não contabiliza o ICMS-Fundap para efeito de aplicação dos percentuais obrigatórios definidos pela Constituição Federal, o que tem resultado em grandes prejuízos para a educação e para a saúde, tanto do Estado quanto dos municípios, repercutindo, inclusive, em perdas salariais dos professores, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Perdas de receitas da educação

Descrição	2001	2002	2003	2004	No período
% participação no Fundef					
Vila Velha	2,96%	3,08%	3,80%	4,31%	3,63%
Demais municípios	40,77%	42,63%	44,01%	46,00%	43,66%
Estado do Espírito Santo	56,27%	54,29%	52,19%	49,69%	52,71%
<i>em milhões de reais - correntes</i>					
Receita de ICMS-Fundap não contabilizada para o Fundef	592,9	687,1	530,0	806,3	2.616,3
15% não aplicados no Fundef	88,9	103,1	79,5	120,9	392,4
Prejuízo na educação					
<i>em milhões de reais - correntes</i>					
Vila Velha	2,6	3,2	3,0	5,2	14,0
Demais municípios	36,3	43,9	35,0	55,6	170,8
Estado + 10% MDE	109,3	124,7	94,5	140,7	469,2
Prejuízo total	148,2	171,8	132,5	201,6	654,1
Valores que deixaram de ser aplicados em salário para professores (mínimo 60% do Fundef) + MDE					
<i>em milhões de reais - correntes</i>					
Vila Velha (Fundef)	1,6	1,9	1,8	3,1	8,4
Municípios (Fundef)	21,8	26,4	21,0	33,4	102,5
Estado (Fundef + MDE)	65,6	74,8	56,7	84,4	281,5
Prejuízo total dos professores	88,9	103,1	79,5	120,9	392,4

Elaborado pela Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Perdas de receitas da saúde Valores em milhões de reais correntes

Descrição	2001	2002	2003	2004	No período
Receita de ICMS-Fundap não contabilizada para a saúde	592,9	687,1	530,0	806,3	2.616,3
% Mínimo a aplicar pelo Estado	11,02%	11,26%	11,50%	12,00%	11,48%
Prejuízo da saúde do Estado	65,3	77,4	61,0	96,8	300,4

Elaborado pela Prefeitura Municipal de Vila Velha.

O Governo do Estado do Espírito Santo é o único no Brasil que não cumpre o art. 9º da lei federal nº. 7.990, de 1989, que destina aos municípios 25% dos royalties do petróleo repassados ao Estado. Deste modo, os municípios são penalizados com as seguintes perdas:

Perdas de receita de royalties de petróleo Valores em milhões de reais correntes

Descrição	2001	2002	2003	2004	Período 2001 - 2004
Royalties recebidos pelo Estado	24,4	33,2	67,7	62,9	188,2
Valor não repassado pelo governo do Estado aos municípios (25%)	6,1	8,3	16,9	15,7	47,0
Prejuízo de Vila Velha - de acordo com o IPM*	0,4	0,5	1,1	1,0	3,0

FONTE: Agência Nacional de Petróleo (ANP) em <http://www.anp.gov.br>.
* índice de participação do município na quota-parte municipal do ICMS.

Receita de capital

A receita de capital de Vila Velha alcançou a cifra de R\$ 6,3 milhões, em 2004, valor 20,9% maior que em 2003. Desse total, destacam-se:

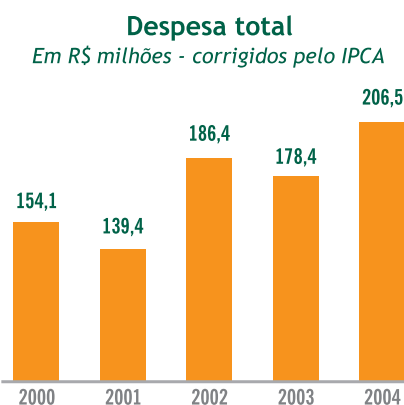
- R\$ 3,6 milhões referentes à operação de crédito contratada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para dar continuidade ao Programa de Modernização da Administração Tributária e dos Setores Sociais Básicos (PMAT). Esse valor representou 57% do total da receita de capital e foi a única operação de crédito recebida no ano de 2004
- R\$ 1,9 milhão de convênio com a União referente ao Programa Habitar Brasil/BID
- R\$ 705 mil de convênios também com a União, sendo R\$ 555 mil para programas de infra-estrutura e R\$ 150 mil para programas de esgoto sanitário
- R\$ 126 mil provenientes de transferências da União, dos quais R\$ 50 mil foram destinados a investimentos no transporte escolar e R\$ 76 mil ao Sistema Único de Saúde

2. DESPESAS

Itens da despesa	2000	2001	2002	2003	2004	Variação % 2004/2003	Partic. % desp. total 2004
	Em mil reais médios de 2004 - IPCA						
Pessoal	42.301,8	49.833,4	63.753,4	70.115,5	80.405,3	14,7%	38,9%
Pessoal ativo	36.948,0	42.102,6	54.628,6	59.666,4	69.329,2	16,2%	33,6%
Inativos	4.060,2	6.469,8	7.548,1	8.753,0	9.204,1	5,2%	4,5%
Pensionistas	988,5	972,6	1.325,7	1.469,9	1.654,1	12,5%	0,8%
Salário-família	304,9	288,4	251,0	226,2	217,8	-3,7%	0,1%
Custeio	72.743,0	63.573,6	80.620,9	79.755,4	80.102,8	0,4%	38,8%
Material de consumo	4.397,5	7.277,7	5.538,3	4.053,2	5.214,0	28,6%	2,5%
Serviços de terceiros e encargos	66.087,5	54.878,0	71.706,2	69.930,2	67.970,6	-2,8%	32,9%
Outras despesas de custeio	2.257,9	1.417,9	3.376,4	5.772,0	6.918,3	19,9%	3,3%
Juros e amortizações da dívida	784,6	1.474,9	2.508,8	2.919,4	3.108,7	6,5%	1,5%
Investimentos	38.251,8	24.542,8	39.511,7	25.569,4	42.914,6	67,8%	20,8%
Despesa total	154.081,2	139.424,7	186.394,8	178.359,7	206.531,4	15,8%	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados de balanços da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Despesa total



A despesa total do Município de Vila Velha tem sido crescente, apesar de oscilante, ao longo do período 2001-2004. O ano de 2004 foi um ano de aumento de gastos, quando o seu total atingiu o montante de R\$ 206,5 milhões, 15,8% acima do valor realizado em 2003, de R\$ 178,4 milhões. A principal causa dessa expansão foram as enchentes de janeiro de 2004, que colocaram o município em estado de calamidade pública, exigindo a realização imediata de gastos inadiáveis, principalmente em drenagem, contenção de áreas de risco e em outras áreas da infra-estrutura urbana, conforme pode ser consultado na listagem dos principais investimentos realizados em caráter de emergência, na página 27. Ademais, os problemas gerados pelas enchentes foram totalmente enfrentados com recursos próprios da prefeitura, que não recebeu recursos dos governos estadual e federal para este fim.

Em função disso, os investimentos foram os itens da despesa que apresentaram o maior crescimento entre 2003 e 2004, tanto em termos percentuais (67,8%) como absolutos (+R\$ 17,3 milhões). As despesas com pessoal ativo (+R\$ 9,7 milhões) e com material de consumo (+R\$ 1,2 milhões) também cresceram entre esses anos, em grande parte devido às enchentes.

A despesa com pessoal ativo continua sendo o maior gasto municipal, representando 33,6% da despesa total, seguido pelos gastos com serviços de terceiros e encargos (32,9%) e os investimentos (20,8%).

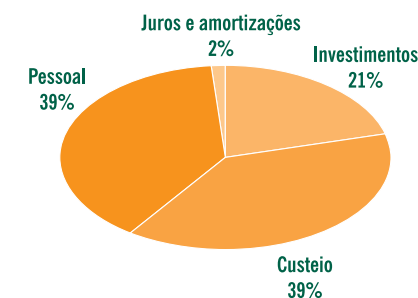
Observando a despesa por órgão, notamos que a maior parte do gasto concentra-se nas secretarias de Educação (25,4%), Administração (18,3%), Saúde (17,5%), Obras (12,8%) e Serviços Urbanos (8,9%). Juntas, essas secretarias realizaram 83% de todo o gasto municipal de Vila Velha, no ano de 2004.

A Secretaria de Obras foi a que obteve o maior acréscimo de recursos entre 2003 e 2004, da ordem de R\$ 13,4 milhões. Isso se deveu, em grande parte, à necessidade de investimentos gerada pelos problemas causados pelas enchentes de 2004, na medida em que essa secretaria capitaneou os recursos orientados para solucioná-los. Contribuiu também para o aumento do orçamento dessa secretaria um novo desenho administrativo. A Secretaria de Obras passou a concentrar os recursos destinados às obras das diversas secretarias, e, com isso, teve que assumir contratos de fornecimento de máquinas e equipamentos antes atendidos pela frota municipal, sob responsabilidade da Secretaria de Transportes e Trânsito. Isso explica também a forte retração de R\$ 3,5 milhões nos gastos da Secretaria de Transporte e Trânsito.

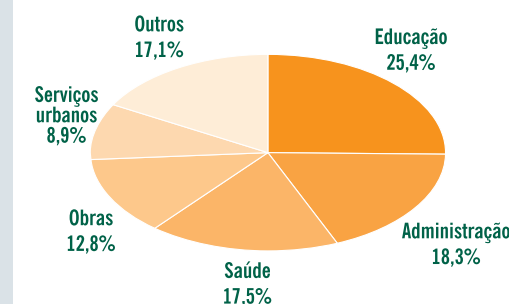
As secretarias de Saúde e de Educação também receberam significativos acréscimos de recursos: a de Saúde contabilizou R\$ 10,3 milhões a mais que em 2003, e a de Educação, R\$ 6,5 milhões a mais.

Cabe mencionar ainda o aporte de R\$ 1,6 milhão direcionado à Secretaria de Administração e o de R\$ 1,2 milhão para a Câmara Municipal, o que significou um aumento de 14,8% nessa despesa.

Composição da despesa - 2004



Despesa total por órgão - 2004



Despesa total por poder e órgão
Em mil reais corrigidos pelo IPCA médio de 2004

Órgão	2003	2004	Variação 2004/2003	Partic. na desp. total 2004
Câmara Municipal	8.446,0	9.693,6	14,80%	4,70%
Gabinete	160,1	307,7	92,20%	0,10%
Governo	26,1	11	-57,90%	0,00%
Comunicação	3.624,7	2.944,2	-18,80%	1,40%
Procuradoria	674,4	609,3	-9,60%	0,30%
Ouvidoria	10,3	8,9	-13,50%	0,00%
Auditoria	5,3	3,3	-37,70%	0,00%
Planejamento e Desenvolvimento Urbano	636,3	799,2	25,60%	0,40%
Administração	36.282,8	37.849,3	4,30%	18,30%
Finanças	5.127,5	5.984,6	16,70%	2,90%
Obras	12.934,3	26.369,7	103,90%	12,80%
Serviços Urbanos	19.409,3	18.472,9	-4,80%	8,90%
Transporte e Trânsito	4.785,0	1.323,2	-72,30%	0,60%
Saneamento e Meio Ambiente	10.313,9	8.772,9	-14,90%	4,20%
Desenvolvimento Econômico	185,1	172,8	-6,60%	0,10%
Saúde	25.888,6	36.147,7	39,60%	17,50%
Ação Social	2.596,9	3.187,9	22,80%	1,50%
Educação	45.872,0	52.415,2	14,30%	25,40%
Turismo e Cultura	668,5	853,4	27,70%	0,40%
Esporte e Lazer	393,8	433,1	10,00%	0,20%
Direitos Humanos	47,2	82,5	74,60%	0,00%
Trabalho e Geração de Renda	264,9	82,1	-69,00%	0,00%
Administrações Regionais	6,7	7,1	5,70%	0,00%
Total	178.359,7	206.531,4	15,80%	100,00%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria Municipal de Finanças de Vila Velha.

Pessoal

Em 2004, a despesa com pessoal somou R\$ 80,4 milhões, valor 14,7% superior ao realizado no ano anterior. Desse total, 86,2% foram destinados ao pessoal ativo, e 11,4%, aos inativos.

Os constantes aumentos nos gastos com pessoal, verificados desde 2001, decorreram das contratações realizadas para viabilizar serviços nas áreas da educação, de saúde e outras, além do impacto do novo plano de cargos e salários, implementado em 2003, com o objetivo de corrigir defasagens salariais. Nesse processo, parte dos serviços prestados por terceiros passou a ser realizada pelo pessoal efetivo.

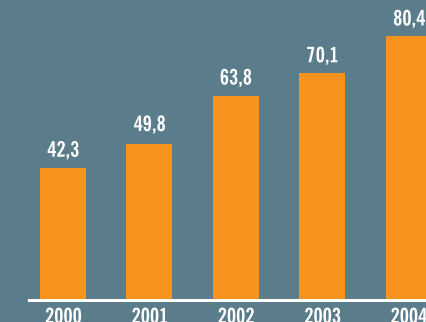
O gasto com pessoal de Vila Velha está enquadrado nos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2004, a participação conjunta da despesa com pessoal do Poder Executivo e do Poder Legislativo na receita corrente foi de 41,8%, sendo que a LRF estabelece o teto de 60% na receita corrente líquida³. Comparando-se com os municípios da Região Metropolitana, Vila Velha apresenta uma das menores participações desse item da despesa na receita corrente.

Participação da despesa com pessoal na receita corrente

	2000	2001	2002	2003	2004
Pessoal/receita corrente	29,6%	33,4%	39,1%	40,6%	41,8%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados de balanços da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Despesa com pessoal
Em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA



³ Os valores da receita corrente e o do gasto com pessoal utilizados neste trabalho apresentam uma pequena variação em relação aos valores apresentados nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), em função de diferenças conceituais. Na seção "Limites Constitucionais e Legais" foram publicados os dados resumidos dos RGF.

Participação da despesa com pessoal na receita corrente Municípios da Região Metropolitana - 2000 e 2004

Município	Pessoal/receita corrente	
	2000	2004
Viana	73,1%	51,3%
Guarapari	53,1%	45,5%
Vitória	43,2%	42,0%
Cariacica	61,6%	46,3%
Serra	48,7%	41,5%
Vila Velha	29,6%	41,8%
Região Metropolitana	45,5%	42,7%

Fonte: anuário Finanças dos Municípios Capixabas ano 7-2001 e ano 11-2004

A despesa com pessoal concentrou-se principalmente nas secretarias de Educação (37,4%) e de Saúde (17,1%). O crescimento dos serviços prestados na educação e na saúde justifica o aumento nos gastos com pessoal nessas duas áreas prioritárias.

Despesas com pessoal por órgão - 2003 e 2004 Em mil reais corrigidos pelo IPCA médio de 2004

Órgãos	2003	2004	Variação anual	Participação no total
Educação	24.872,0	30.317,2	21,9%	37,4%
Saúde	10.977,6	13.834,5	26,0%	17,1%
Câmara Municipal	6.806,5	7.381,7	8,5%	9,1%
Demais órgãos	27.459,5	29.446,1	7,2%	36,4%
Total	70.115,5	80.979,5*	15,5%	100,0%

Fonte: dados dos balanços municipais

* Inclui o valor de sentenças judiciais, de R\$ 574.115,97. Se esse valor for excluído, a despesa com pessoal será de R\$ 80.405 mil, e a variação anual será de 14,7%.

Serviços de terceiros

O montante destinado à despesa com serviços de terceiros e encargos vem declinando desde 2003, quando caiu em 2,5% em relação a 2002. Em 2004, houve mais um recuo, de 2,8%, fazendo com que o valor destinado aos serviços de terceiros chegasse a R\$ 68 milhões.

A participação dos serviços de terceiros e encargos no total da despesa também foi reduzida, saindo da média de 40% nos últimos quatro anos, para 32,9% da despesa total em 2004. Deve-se mencionar, ainda, que o valor destinado a serviços de terceiros, no ano de 2004, representou 35,4% da receita corrente, o menor percentual dos últimos anos.

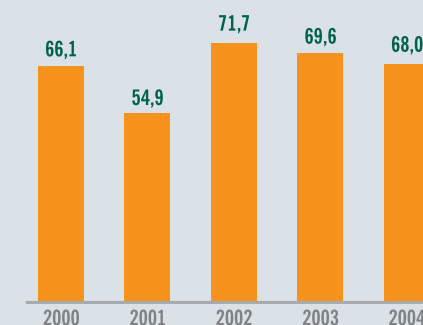
Essa redução não significou, no entanto, uma diminuição dos serviços prestados ou queda na sua qualidade. Ao contrário, após a revisão dos contratos e quando parte dos serviços passou a ser prestada por funcionários do quadro efetivo, foi possível aprimorar a gestão e a qualidade dos serviços públicos municipais.

Participação da despesa com serviços de terceiros na receita corrente

	2000	2001	2002	2003	2004
Serviços de terceiros/receita corrente	46,2%	36,8%	44,0%	40,5%	35,4%

Fonte: dados dos balanços municipais

Serviços de terceiros Em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA





Unidade de Saúde Ponta da Fruta

**Participação da despesa com serviços de terceiros na receita corrente
Municípios da Região Metropolitana - 2000 e 2004**

Município	Serviços de terceiros/receita corrente	
	2000	2004
Viana	17,4%	18,2%
Guarapari	17,1%	27,0%
Vitória	29,0%	26,4%
Cariacica	25,4%	25,2%
Serra	17,3%	25,8%
Vila Velha	46,2%	35,4%
Região Metropolitana	28,0%	27,4%

Fonte: anuário Finanças dos Municípios Capixabas
ano 7-2001 e ano 11-2005

Atualmente, os maiores itens da despesa com serviços de terceiros são a iluminação pública, a limpeza urbana e a manutenção de equipamentos e áreas públicas.

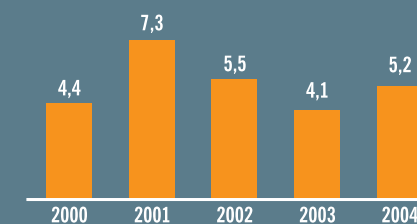
Material de consumo

Os materiais consumidos por uma administração são muitos e extremamente variados. Praticamente todas as áreas consomem combustíveis, materiais de escritório, materiais de limpeza etc. Além disso, o consumo específico em áreas como educação, serviços urbanos e saúde é bastante amplo. Por exemplo, na saúde o gasto com material de consumo abrange material farmacológico, laboratorial, odontológico, hospitalar e ambulatorial.

Em 2004, essa despesa foi de R\$ 5,2 milhões, respondendo por 2,5% da despesa total. O crescimento de 28,6%, em relação a 2003, deveu-se aos gastos emergenciais relativos às enchentes. No entanto, esses gastos não ficaram em níveis elevados, pois estiveram próximos aos efetivados em 2002. Entre os principais itens fornecidos para o enfrentamento da calamidade pública, estão os materiais médico-hospitalares, de limpeza, de segurança, de expediente, combustíveis e alimentos.

O expressivo aumento nesse item, em 2001, primeiro ano do mandato anterior, serviu para a reposição de estoques e para a retomada e ampliação dos serviços de saúde.

Despesa com material de consumo
Em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA



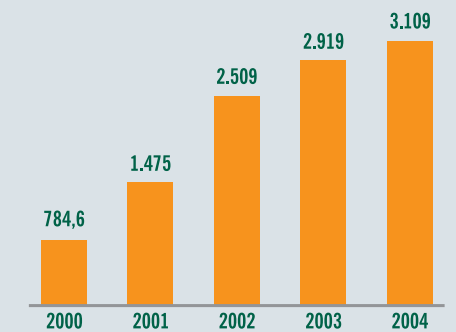


Dívida

O período de 2001 a 2004, que se refere ao último mandato municipal, caracterizou-se pela regularização da situação de diversas dívidas pendentes, entre as quais as do FGTS, Pasep e INSS. Como resultado dessa política, o valor absoluto destinado ao pagamento de juros e amortizações cresceu nos últimos anos. Entre 2003 e 2004, essa despesa apresentou um crescimento de 6,5%, passando de R\$ 2,9 milhões para R\$ 3,1 milhões.

Em 2004, o município utilizou 1,6% de sua receita corrente para o pagamento de juros e amortizações. Esse percentual é próximo da média dos municípios capixabas, de 2,2%.

Encargos e amortizações da dívida
Em mil reais - corrigidos pelo IPCA



Pagamentos de juros e amortizações da dívida em relação à receita corrente

	2000	2001	2002	2003	2004
Juros e amortizações/receita corrente	0,5%	1,0%	1,5%	1,7%	1,6%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados de balanços da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

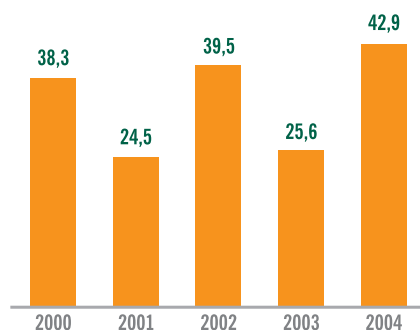
Tais encargos têm origem numa dívida consolidada de R\$ 62,3 milhões. São dívidas com vencimento de longo prazo, cuja maior parcela é representada por débitos junto ao INSS e ao FGTS, de responsabilidade de administrações anteriores.

Perfil da dívida consolidada - 2004

Descrição	2004 em mil reais	Participação no total
Contribuições sociais (INSS)	37.193	59,7%
FGTS	19.970	32,0%
Dívida contratual	5.145	8,3%
Dívida consolidada total	62.309	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados de balanços da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Despesa com investimentos
Em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA



Investimentos

A Prefeitura de Vila Velha destinou R\$ 42,9 milhões para investimentos no ano de 2004, valor 67,8% superior ao realizado no ano anterior, de R\$ 25,6 milhões. Entre 2001 e 2004, o Município de Vila Velha investiu R\$ 132,5 milhões, dos quais, R\$ 120,8 milhões, ou seja, 91%, foram realizados com recursos próprios.

Em 2003, o volume de investimentos com recursos próprios representou 11,8% da receita corrente, percentual que subiu para 19%, em 2004. No período de 2001 a 2004, o município destinou, em média, 18,6% de sua receita corrente a investimentos. Nesse período, a taxa de investimentos com recursos próprios, em Vila Velha, foi superior à média da Região Metropolitana e à média do total dos municípios do nosso Estado, conforme pode-se observar na tabela abaixo.

Capacidade de investimento com recursos próprios
Em mil reais corrigidos pelo IPCA médio de 2004

	2000	2001	2002	2003	2004
Investimentos	38.251,8	24.542,8	39.511,7	25.569,4	42.914,6
Investimentos com recursos próprios ¹	33.230,0	24.542,8	39.329,3	20.323,7	36.571,1
Taxa de investimento com recursos próprios ²	23,2%	16,4%	24,1%	11,8%	19,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados de balanços da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

1 Equivale ao total dos investimentos, subtraído o valor das receitas de capital.

2 Equivale ao investimento com recursos próprios em relação à receita corrente.

Investimentos com recursos próprios¹ em relação à receita corrente da Região Metropolitana - 2001 a 2004

Município	%
Viana	10%
Guarapari	7%
Vitória	14%
Cariacica	12%
Serra	19%
Vila Velha	18%
Região Metropolitana ²	15%
Total dos municípios do ES	12%

Fonte: elaborado pela Aequus Consultoria com base nos balanços municipais coletados no TCE-ES.

1 Equivale ao total dos investimentos, subtraída a receita de capital.

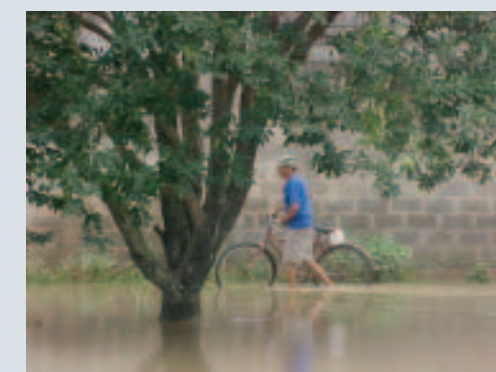
2 Não inclui o Município de Fundão.

Do total dos investimentos de Vila Velha, em 2004, quase a metade, cerca de R\$ 20 milhões, foi realizada para enfrentar os problemas gerados pelas enchentes. Ressalte-se que esses investimentos emergenciais e imprevistos foram realizados totalmente com recursos próprios do município. Segue abaixo a listagem dos principais investimentos realizados em caráter de emergência:

- Obras de drenagem e limpeza de canais
- Obras de terraplanagem, pavimentação, asfaltamento e serviços complementares em diversas vias
- reestruturação e recuperação de pontes urbanas
- reforma do Hospital de Cobilândia
- reforma da Unidade de Saúde de Cobilândia
- reforma do Teatro Municipal
- desmonte de rochas e estabilização de blocos rochosos deslocados pelas chuvas e construção de contraforte em concreto armado
- estabilização de áreas instáveis devido às chuvas
- cadastramento e diagnóstico para a recuperação de residências de famílias carentes localizadas em áreas de risco
- construção de filtro para drenagem de água das pistas da orla
- elaboração de estudos e projetos de macrodrenagem
- levantamento topográfico planialtimétrico cadastral ao longo dos canais
- estudos ambientais e projetos para a destinação final dos resíduos provenientes da limpeza dos canais e das galerias de macrodrenagem
- transporte e reposição de resíduos
- aquisição de materiais de construção

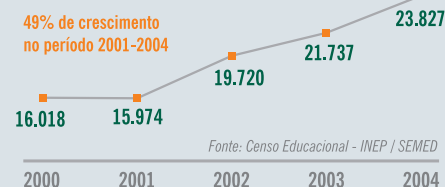


Ruas alagadas pela enchente em janeiro de 2004

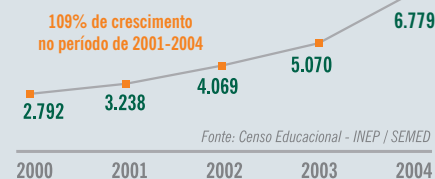


Educação e saúde

Matrículas do ensino fundamental da rede municipal



Matrículas no ensino infantil da rede municipal



Conforme dito anteriormente, a educação e a saúde concentraram a maior parcela dos gastos municipais. Foi também nessas áreas que se verificou o maior incremento da despesa. Portanto, é importante demonstrar o desempenho dessas áreas nos últimos anos.

Na educação vem ocorrendo um contínuo aumento do número de matrículas no ensino fundamental, sendo que de 2003 para 2004, a taxa de crescimento foi de 9,6%. Para atender a um número maior de alunos, foi necessário aumentar o número de funcionários vinculados à Secretaria de Educação, que passou de 2.447 para 3.258, nesses mesmos anos. Além disso, foram construídas, ampliadas e ou reformadas 11 Unidades Municipais de Ensino Infantil (UMEI) e 20 Unidades Municipais de Ensino Fundamental (UMEF) no período de 2001 a 2004.



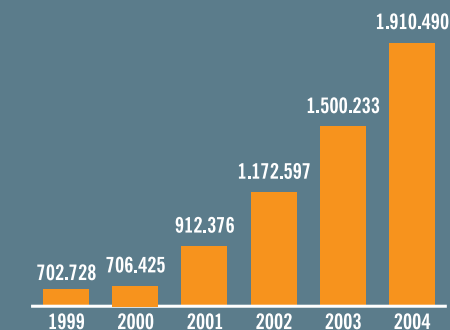
Unidade de Saúde Araçás

A prioridade dada à saúde fica evidente quando se observa a evolução na realização de procedimentos médicos. Comparando o último ano de mandato das duas últimas administrações, enquanto em 2000 foram realizados 706.425 procedimentos, em 2004 esse número foi de 1.910.495, ou seja, 1.204.070 a mais.

Entre 2001 e 2004, foram construídas três novas unidades de saúde, em Ponta da Fruta, em Ulisses Guimarães e no Ibes, esta última inaugurada em 2005. Outras três foram ampliadas, em Vale Encantado, Terra Vermelha e Araçás. O Hospital Municipal de Cobilândia foi reconstruído e a Secretaria Municipal de Saúde, reformada.

A ampliação e melhora da infra-estrutura dos serviços de saúde, bem como o aumento do número de procedimentos, resultaram na queda do coeficiente de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), que passou de 20,4, em 2000, para 12,7, em 2003.

Procedimentos básicos de saúde

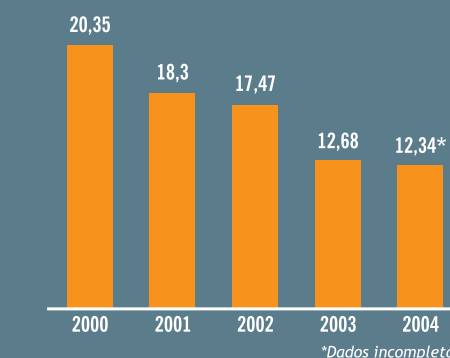


Procedimentos básicos de saúde - 1999-2004

Ano	População	Procedimentos	Procedimentos por habitante	Varição anual
1999	318.758	702.728	2,2	0%
2000	345.965	706.425	2,0	1%
2001	355.739	912.376	2,6	29%
2002	362.877	1.172.597	3,2	29%
2003	370.727	1.500.233	4,0	28%
2004	387.204	1.910.495	4,9	27%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Número de procedimentos da PMVV/SEMSA.

Coeficientes de mortalidade infantil por mil nascidos vivos



Evolução da oferta de procedimentos de saúde - 2000-2004

Procedimentos	2000	2001	2002	2003	2004
Consultas médicas básicas	359.876	396.148	480.070	522.914	570.203
Atendimento de urgência básica	69.273	70.312	97.846	128.584	154.399
Pré-natal/ginecologia/obstetrícia	83.259	85.803	113.257	120.575	157.201
Pediatria	71.509	81.388	100.664	76.654	94.339
Tratamento odontológico individual básico	33.532	33.941	41.867	99.749	144.443
Procedimentos odontológicos coletivos	12.032	32.307	93.225	169.498	277.824
Visitas domiciliares	1.134	1.816	97.846	170.325	286.907
Atividades exercidas pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS	0	0	94.889	161.731	259.688
Hospital Municipal de Cobilândia - Partos	-	406	673	937	299*
Hospital Municipal de Cobilândia - UTI-Neonatal	-	116	171	210	55*

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha.

* Queda no número de procedimentos em relação ao ano anterior, devido à reconstrução do Hospital Municipal de Cobilândia, em consequência das enchentes

Resultado orçamentário

A administração municipal de Vila Velha iniciada em 2001 obteve, em seu primeiro ano de mandato, um superávit orçamentário, ou seja, um resultado positivo entre o total de suas receitas e suas despesas próximo a 7% da receita total. Foi um ano de crescimento praticamente nulo das receitas e de forte contenção de despesas.

No segundo ano, em 2002, no entanto, mesmo com aumento nas receitas, as despesas foram superiores, e o ano finalizou-se com um déficit da ordem de 14% da receita total. Naquele ano, as despesas cresceram em função de uma grande expansão dos investimentos, o que, por sua vez, repercutiu nos demais gastos correntes. A retomada da prestação de uma série de serviços, especialmente na área da saúde, também foi responsável pela elevação do nível da despesa.

Desse modo, foi necessário que, em 2003, as contas públicas de Vila Velha atingissem o equilíbrio orçamentário novamente. E isso foi realizado através do crescimento da receita e nova contenção dos gastos, o que possibilitou o ínfimo déficit de 0,2% da receita total, o que é considerado um resultado equilibrado.

O resultado de 2004 apresentou um déficit de R\$ 8 milhões, devido às despesas de caráter emergencial originadas pelo estado de calamidade pública criado pelas enchentes que acometeram o município naquele ano. O déficit representou 4% da receita total e está relacionado, sobretudo, ao aumento dos investimentos que se fizeram necessários.

Receita, despesa e resultado orçamentário Em mil reais corrigidos pelo IPCA médio de 2004

	2000	2001	2002	2003	2004
Receita total	148.128,9	149.212,1	163.098,4	177.975,5	198.505,2
Despesa total	154.081,2	139.424,7	186.394,8	178.359,7	206.531,4
Resultado orçamentário	-5.952,3	9.787,5	-23.296,5	-384,1	-8.026,3
Resultado/Receita (%)	-4,0%	6,6%	-14,3%	-0,2%	-4,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados de balanços da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Limites constitucionais e legais

A legislação que regula os procedimentos em finanças públicas estabelece limites para o gasto com saúde, educação e pessoal e para o estoque da dívida consolidada, a serem obedecidos por todos os municípios. A seguir, estão relacionados cada um desses limites e a posição do Município de Vila Velha em relação a eles, em 2004.

Saúde - Segundo a emenda constitucional n.º 29, todos os municípios brasileiros devem aplicar na saúde, a partir de 2004, no mí-



nimo, 15% de sua receita proveniente de impostos. Em 2004, Vila Velha aplicou o percentual de 17,20 %.

Educação – De acordo com a Constituição Federal, os municípios devem investir em educação, no mínimo, 25% de suas receitas provenientes de impostos. Em 2004, Vila Velha investiu 35,67 %.

Pessoal – A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o Poder Executivo gaste com pessoal, no máximo, 54% de sua receita corrente líquida. Em 2004, Vila Velha aplicou 38,8%.

Estoque da dívida – A Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela resolução do Senado Federal nº. 40, determina que o estoque da dívida consolidada líquida para os municípios deve equivaler, no máximo, a 120% da receita corrente líquida. Em 2004, essa relação foi de 32,85%, em Vila Velha.

Limites constitucionais e legais - 2004

	Em % da receita corrente líquida	
	Límite máximo	Realizado
Gasto com pessoal do Executivo ¹	54%	38,80%
Dívida consolidada líquida	120%	32,85%

	Em % da receita de impostos ²	
	Límite mínimo	Realizado
Gasto total com educação	25 %	35,67 %
Gasto total com saúde	15 %	17,20 %

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados dos Relatórios de Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

¹ Gasto com pessoal do Poder Executivo incluindo os da administração direta e indireta. Não inclui a Câmara Municipal.

² Inclui os impostos municipais (não inclui taxas) e as transferências oriundas da arrecadação federal e estadual de impostos (não inclui transferências de convênios).

Visite o site da Prefeitura Municipal de Vila Velha

www.vilavelha.es.gov.br

Nele estão disponíveis as informações sobre as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e sobre as realizações da Secretaria de Finanças.



PREFEITURA DE VILA VELHA

TRABALHANDO SÉRIO
POR UMA CIDADE MELHOR

Ouvidoria Municipal
Reclamações, sugestões, denúncias, solicitações de serviços

0800 2839059